



IMIGRAÇÃO

Atacado pela oposição de direita, premiê Pedro Sánchez acusa “máfias” pela entrada em massa de estrangeiros no enclave de Ceuta, no Marrocos. Itália fecha fronteira e parceiros na União Europeia questionam “leniência” de Madri

Espanha sob pressão

Jorge Guerrero/AFP



Sánchez em visita de emergência a Ceuta: sócios em alerta e crise instalada no bloco europeu

Antonio Tajani. A posição de Roma teve apoio da Suécia e da Dinamarca. A França, embora não tenha acompanhado os

parceiros, ordenou reforço na fronteira espanhola. O Reino Unido fez coro com as preocupações, e a Alemanha reforçou

o chamado aos sócios para que “cumpram a obrigação” de proteger as fronteiras do bloco “contra a imigração ilegal”.

O Ministério do Interior da Itália confirmou que o país fechou seus pontos de entrada com a Espanha por mar e ar, mas detalhou que a medida não terá impacto nas viagens de espanhóis e europeus à Itália. Os controles nas fronteiras aéreas e marítimas serão “específicos” e só afetarão os cidadãos não europeus que chegarem da Espanha, especificou a pasta. A medida permanecerá em vigor durante um mês, a partir de hoje.

O chanceler espanhol, José Manuel Albares, reagiu no X e garantiu que a integridade do espaço Schengen “está absolutamente garantida”, porque a maioria dos migrantes que entraram em Ceuta já teria retornado ao Marrocos. “Não é possível trasladar-se de Ceuta e Melilla à península (europeia) sem se identificar em um controle policial”, acrescentou Albares. “Chega de confusão mal-intencionada”, protestou.

Em Washington, Trump qualificou como “terríveis” as imagens de Ceuta, e aproveitou o tema para reforçar sua posição internamente, de olho nas eleições legislativas de novembro. “Assim estaremos nós, dentro de três anos, se o lado errado vencer”, disse à Fox News. Por ora, as pesquisas de intenção de voto apontam vantagem para a oposição democrata.

ORIENTE MÉDIO

Hamas aceita se desarmar

» RODRIGO CRAVEIRO

O movimento islamita palestino Hamas concordou com um roteiro de 15 pontos que visa a uma “paz abrangente” na Faixa de Gaza, em meio a negociações mediadas por EUA, Egito, Turquia e Catar. No entanto, destacou que a implementação do documento, que prevê o desarmamento do próprio Hamas e de outras facções palestinas, depende da aceitação de Israel do cumprimento da primeira parte do plano — que prevê a suspensão dos ataques, a retirada do Exército judeu e a intensificação da ajuda humanitária ao enclave. Na prática, é o começo da segunda etapa do cessar-fogo acordado em outubro de 2025 entre Israel e Hamas, depois de anos de uma guerra que deixou dezenas de milhares de mortos.

O roteiro deverá ser aplicado pelo Conselho da Paz, instituição criada em janeiro pelo presidente dos EUA, Donald Trump. O **Correio** teve acesso aos 15 pontos do documento. Eles estabelecem que o Hamas e as outras funções concordam com que o Comitê Nacional para a Administração de Gaza (NCAG, pela sigla em inglês) se responsabilize pela segurança e pela governança civil de Gaza.

Formado por tecnocratas palestinos reunidos pelo Conselho de Paz para gerir a reconstrução do território, o NCAG será a única entidade autorizada a inventariar e armazenar as armas do Hamas e das demais facções. Trump assegurou que Israel está “muito feliz” com o resultado das negociações. “É uma situação muito complexa. (...) Ninguém jamais pensou que seria possível desarmar

o Hamas”, comentou o republicano.

Apesar das declarações de Trump, o gabinete do primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, divulgou um comunicado no qual afirmou que exigia “o completo desarmamento do Hamas, incluindo a remoção do arsenal da Faixa de Gaza e a completa desmilitarização da Faixa de Gaza como condição para qualquer processo” (de retirada). A nota sustentou que o acordo “não inclui uma resposta suficiente a essas demandas”. O documento prevê que a coleta e o armazenamento das armas do Hamas e de outras facções, bem como a inutilização de arsenais, fábricas de armamentos e túneis.

Um dos negociadores, Basem Naim, chefe do Comitê Político do Hamas, disse ao **Correio** que a adesão aos 15 pontos do “mapa do

caminho” constitui um pacote unificado. “Ele é resultado de um consenso entre as facções da resistência, dentro da estrutura de uma visão nacional unificada, a qual prioriza o supremo interesse nacional e busca pôr fim ao sofrimento do nosso povo”, declarou. “O texto é claro e explícito, ao estipular um cessar-fogo abrangente e permanente, e a retirada completa das forças de ocupação da Faixa de Gaza.”

“Bola com Israel”

Ali Baraka — chefe do Departamento de Relações Nacionais do Hamas no exterior — afirmou ao **Correio** que “a bola está no lado de Israel da quadra”. “Trump deve pressionar Israel a implementar o acordo”, afirmou. “O compromisso da potência ocupante de encerrar a agressão é o

Bashar Taleb/AFP



Crianças brincam em meio a ruínas de Khan Yunis, no sul de Gaza

pré-requisito fundamental e o passo inicial para implementar a estrutura e o cronograma do que foi acordado.”

De acordo com Baraka, após a implementação da primeira fase do Acordo de Sharm El-Sheikh, que estabelece a interrupção dos ataques israelenses e dos assassinatos seletivos de quadros do Hamas, Netanyahu terá que permitir a entrada de ajuda humanitária, médica e alimentar

em Gaza, e as forças de Israel serão obrigadas a sair. “Haverá o envio de forças de manutenção da paz para garantir a estabilidade e a concessão de acesso ao território ao Comitê Nacional Palestino, encarregado de administrar Gaza”, explicou. Em contrapartida, o Hamas e outras facções palestinas reunirão seu armamento pesado e o armazenarão em instalações supervisionadas pelo Comitê.

CONEXÃO DIPLOMÁTICA



POR SILVIO QUEIROZ
SILVIOQUEIROZ.BSB@GMAIL.COM

A frente externa atravessa o samba

Às vésperas de ter a candidatura à reeleição oficializada, no domingo, o presidente Lula se via às voltas com duas crises diplomáticas na vizinhança imediata. A semana termina com o Itamaraty estudando o retorno a Buenos Aires do embaixador Júlio Bitelli, chamado de volta para consultas depois das ofensas proferidas pelo presidente Javier Milei, durante visita privada em que prestigiou o lançamento oficial da candidatura de Flávio Bolsonaro ao Planalto.

Na mão oposta, foi o Paraguai quem manifestou desagrado por declarações do presidente brasileiro sobre a guerra travada no século 19. Nela, Brasil, Argentina e Uruguai arrasaram o vizinho, que sentiu por décadas o peso demográfico do genocídio de sua população masculina.

Em comum, os dois países fronteiriços têm hoje governos de direita, reticentes a

Lula e alinhados a Donald Trump. Mais importante: são sócios fundadores do Mercosul e compõem, com a recém-admitida Bolívia, uma maioria mais afinada com a Casa Branca do que com o Planalto.

Engajar-se em disputas diplomáticas, tanto mais no ambiente sul-americano, não estava nos planos.

Dosimetria

Os dois episódios ilustram, pelo exemplo, a linguagem algo cifrada da diplomacia. Convocar o embaixador de um país para manifestar oficialmente o desagrado por alguma ação ou declaração é um primeiro gesto explícito de incômodo nas relações. Foi o que fez, até aqui, o presidente paraguaio, Santiago Peña.

Chamar de volta o próprio embaixador, para consultas, significa subir um

tom mais na expressão de descontentamento. No caso de Milei, o Brasil deu ambos os passos. O retorno do titular à embaixada, em Buenos Aires, equivale a um sinal de trégua.

Caroço no angu

As pendências inesperadas no âmbito do bloco sul-americano acrescentam pedras no caminho traçado, entre Planalto e Itamaraty, para uma vez mais contornar os impactos do novo tarifaço imposto por Trump às exportações para os EUA.

Lula vem de conversar com o colega Xi Jinping sobre os caminhos para acelerar um acordo de livre-comércio entre China e Mercosul. Recebeu, como seria de esperar, apoio no contencioso comercial bilateral com Washington.

As crises com dois dos membros fundadores do bloco sul-americano, ambos em voo de cruzeiro nas relações comerciais com Pequim, se insinuam, no mínimo, como desafios para o avanço na direção de um acordo coletivo.

Toma lá...

Na linha da abordagem definida para

as negociações comerciais com os EUA, o governo vem de apresentar queixas à Organização Mundial do Comércio (OMC). Não propriamente por apostar em alguma resolução capaz de resolver o contencioso das tarifas: a ideia, desde sempre, é buscar legitimidade no sistema multilateral, que baliza a inserção do país no cenário global. Paralelamente, é calçar nos cânones do direito internacional qualquer contramedida que possa ser concebida e aplicada, adiante.

...dá cá

A abordagem comedida no campo comercial se combina com outra, mais rígida e afirmativa, escolhida para outro terreno das relações bilaterais com os EUA. O governo Lula sinaliza que está atento para as investidas de Washington no que diz respeito às eleições presidenciais e legislativas de outubro, por aqui. Foi nesse contexto que negou visto a funcionários norte-americanos que viriam discutir o processo eleitoral brasileiro — em particular, as urnas eletrônicas, questionadas sistematicamente pelo campo bolsonarista, em linha com a contestação trumpista aos resultados eleitorais desfavoráveis de 2020.

Olho vivo

A dois meses do primeiro turno da eleição presidencial, o Consulado dos EUA em São Paulo, braço essencial da ação diplomática de Washington por aqui, reforça laços e intensifica a interface com influencers relacionados ao campo bolsonarista. Vários deles têm sido convidados para encontros, na modalidade mesa-redonda, em que se discutem temas como “liberdade de expressão”. No pano de fundo, a situação de personalidades desse campo político que, por razões diversas, se encontram radicados nos EUA, alegando “perseguição política” pelo governo Lula e pelo STF — em particular, pelo ministro Alexandre de Moraes.

Sem atlas

O Departamento de Estado dos EUA vem de se desculpar por um mapa apresentado no último fim de semana, no Brasil, em colóquio internacional sobre a Aids. A localização de países africanos, como Moçambique, Costa do Marfim, Nigéria, Camarões e Uganda foi apresentada com erros gritantes.

Geografia mundial não é o forte na formação dos estudantes, por lá.